

PEDRO MACHETE
(PEDRO MANUEL PENA CHANCERELLE DE
MACHETE)

FUNÇÃO

- Professor Auxiliar
- Juiz do Tribunal Constitucional

CONTACTOS

Tel. +351 217 214 170 | Fax +351 217 214 177

Palma de Cima, 1649-023 Lisboa – Portugal

149900569@fd.lisboa.ucp.pt | www.fd.lisboa.ucp.pt

ÁREAS DE INTERESSE

Direito Público em geral, com especial destaque para as matérias do Direito Constitucional, do Direito Administrativo, do Processo Administrativo, dos Direitos Fundamentais e do Direito (Administrativo) Económico (Regulação e Concorrência)

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

- Alemão (Falado e escrito)
- Inglês (Falado e escrito)
- Francês (Falado e escrito)
- Italiano (Leitura)
- Castelhana (Leitura)

PERCURSO ACADÉMICO

- 1989 | Licenciatura em Direito | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | média final de 17 valores
- 1994 | Mestrado em Direito | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | Título da dissertação: “A Audiência dos Interessados no Procedimento Administrativo” | Orientador: Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral | Arguentes: Prof. Doutor Rogério Ehrhardt Soares e Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia | média final de 18 valores

- 2007 | Doutoramento em Direito | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | Título da dissertação: “Estado de Direito Democrático e Administração Paritária” | Orientadores: Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral e Prof. Doutora Maria da Glória Garcia | Arguentes: Prof. Doutor José Carlos Vieira de Andrade e Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral | média final de 18 valores

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ACADÉMICA

- Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, desde Julho de 1989 (leccionação em cadeiras do Grupo das Ciências Jurídico-Políticas - Dto. Constitucional, Dto. Administrativo, Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Dto. do Urbanismo e Dto. do Ambiente - e na cadeira de História do Direito Português, desde o ano lectivo 1989-1990 até ao ano lectivo 2003-2004)
- Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, desde Junho de 2007
- Representante da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa no Conselho de Biblioteca da Biblioteca Universitária João Paulo II, de Outubro de 2007 a Janeiro de 2008
- Sócio da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, desde Outubro de 2007
- Vogal da Direcção da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa eleita na Assembleia Geral de 25 de Outubro de 2007 para o triénio 2007-2010
- Docente na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (ano lectivo 1989-1990)
- Docente na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (ano lectivo 2006-2007)
- Vogal de júris de mestrado em direito constitucional (três) e em administrativo (um), por convite do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2007, 2008 e 2009)
- Vogal de júris de mestrado em direito administrativo, por convite do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2009)
- Vogal de júris (cinco) do Mestrado de Direito e Gestão (2011-2012)

- Arguente da dissertação de mestrado intitulada *A Aceitação do Acto Administrativo – Conceito, Fundamentos e Efeitos*, apresentada pela Licenciada Sandra Lopes Luís na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (discussão pública em 12.2.2008);
- Arguente da dissertação de mestrado intitulada *Princípio da Boa Fé e Decisão Administrativa: Estrutura e Operatividade na Discricionariedade conferida por Normas Habilitantes*, apresentada pelo Licenciado Pedro Moniz Lopes na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (discussão pública em 8.10.2010)
- Vogal do júri de doutoramento em ciências jurídico-comunitárias da Mestre Sofia Oliveira Pais (*Entre Inovação e Concorrência [Em defesa de um modelo comunitário]*), por convite do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (discussão pública em 13.2.2009)
- Vogal do júri de doutoramento em ciências jurídico-políticas da Mestre Raquel Carvalho (*As Invalidades Contratuais nos Contratos Administrativos de Solicitação de Bens e Serviços*), por convite do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (discussão pública em 21.10.2009)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÉMICA

- Estágio de advocacia (1989-1991)
- Inscrito na Ordem dos Advogados, desde Junho de 1991 (suspensão da inscrição entre Janeiro de 2001 e Maio de 2006, período correspondente à preparação do doutoramento)
- Sócio da Pena, Machete & Associados, Soc. de Adv., entre 1991 e 1999
- Sócio da Pena, Machete, Botelho Moniz, Nobre Guedes, Ruiz & Associados, Soc. de Adv., entre 1999 e 2000
- Colaborador da Vieira de Almeida & Associados, Soc. de Adv., entre Maio de 2006 e Maio de 2007
- Consultor da Vieira de Almeida & Associados, Soc. de Adv., entre Maio e Julho de 2007
- Consultor da Rui Pena, Arnaut & Associados, Soc. de Adv. (hoje: CMS Rui Pena & Arnaut), desde Julho de 2008
- Colaboração na preparação de diversos projectos legislativos (com destaque para as áreas do ambiente e da energia: v.g. legislação sobre sistemas municipais e multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público,

de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos 1993 a 1995)

- Colaboração activa na negociação de contratos de concessão no domínio da energia (distribuição de electricidade e importação e transporte de gás natural) e de compra e venda de electricidade e de gás natural
- Consultoria jurídica no âmbito de concursos públicos internacionais
- Consultoria jurídica no âmbito de processos de (re)privatização e intervenção em litígios extrajudiciais e judiciais relacionados com os referidos processos
- Consultoria jurídica no âmbito de procedimentos junto de autoridades reguladoras, em especial, AdC e ERSE
- Patrocínio judiciário nos domínios da justiça constitucional, comunitária, administrativa e fiscal
- Participação em arbitragens
- Membro da Associação Portuguesa de Direito Constitucional (APDC)
- Membro da Associação Portuguesa do Direito do Urbanismo (APDU), desde 1995;
- Vogal do Conselho de Administração da Associação Portuguesa do Direito do Urbanismo (APDU), desde 1995
- Participação na discussão pública relativa à Reforma do Contencioso Administrativo realizada ao longo de 2000 (cfr. *Reforma do Contencioso Administrativo*, I [O Debate Universitário - Trabalhos Preparatórios], Coimbra, 2003, em especial, pp. 699 e ss.)
- Co-organização (com o Prof. Doutor Luís Fábria) do Colóquio promovido em 2 de Março de 2007 pelo Supremo Tribunal Administrativo e pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa, intitulado "Medidas Cautelares no Novo Contencioso Administrativo"
- Colaboração nos júris de exames de admissão ao Centro de Estudos Judiciários em 1999, 2006 e 2008
- Vogal em júris de procedimentos concursais para provimento em cargos de direcção da Autoridade Rodoviária Nacional (2008)

PUBLICAÇÕES (MONOGRAFIAS)

- *A Audiência dos Interessados no Procedimento Administrativo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1995

- *Estado de Direito Democrático e Administração Paritária*, Almedina, Coimbra, 2007

PUBLICAÇÕES (ARTIGOS E PARTICIPAÇÕES EM MONOGRAFIAS)

- “A Suspensão Jurisdicional da Eficácia de Actos Administrativos” in *O Direito*, 1991
- “A Zona Económica Exclusiva: um conceito do novo Direito Internacional do Mar” in *Direito e Justiça*, 1991
- “Elementos para o Estudo das Relações entre os Actos Legislativos do Estado e das Regiões Autónomas no Quadro da Constituição Vigente” in *Revista de Direito e Estudos Sociais*, 1991
- “Os Princípios de Articulação Interna de Ordenamentos Complexos no Direito Comparado” in *O Direito*, 1992
- “A obrigatoriedade de executar a legislação nacional: uma obrigação sem sanção?” in *Direito e Justiça*, 1996
- Colaboração na nova edição da *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (VELBC): Desarmamento (Dir. Int. Púb.), Distrito (Dir. Adm.), Estatuto dos Funcionários (Dir. Adm.), Insurreição (Dir. Int. Púb.) e Inquérito (Dir. Adm.)
- “A Audição Prévia do Contribuinte” in *Problemas Fundamentais do Direito Tributário*, coord. Prof. Doutor Diogo Leite de Campos, Lisboa, 1999, pp. 299-335
- "Access to Information in the Portuguese Legal System" in *European Public Law*, Vol. 6, Issue 2, Kluwer Law International, 2000, p. 183 e ss.
- Colaboração com a Prof. Doutora Maria da Glória Garcia, o Mestre José Cunhal Sendin e o Dr. Rafael Lucas Pires em *Environmental Law*, Suppl. 34 (Portugal), Kluwer Law International, 2001
- “A polícia na Constituição da República Portuguesa” in MENEZES CORDEIRO, MENEZES LEITÃO e JANUÁRIO DA COSTA GOMES (Coord.), *Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles: 90 Anos - Homenagem da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 1111-1152
- Comentário ao Artigo 272.º da Constituição (Polícia) in JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS (Coord.), *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo III, Coimbra Editora, Coimbra, 2007
- “Incompatibilidades e impedimentos no novo Estatuto do Gestor Público: a ética de serviço público e as formas jurídico-organizatórias das empresas” in *Liberdade e*

Compromisso – Estudos dedicados ao Professor Mário Fernando de Campos Pinto, vol. II, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009, pp. 281-319

- Comentário ao Artigo 52.º, n.º 3, da Constituição (Direito de acção popular) in JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS (Coord.), *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2010
- "As Actuações Informais da Administração, em especial a Difusão de Informações, e a Defesa do Estado de Direito Democrático" in JORGE MIRANDA, MENEZES CORDEIRO, PAZ FERREIRA e DUARTE NOGUEIRA (Org.), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, vol. III, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 625-639
- "O Processo Executivo" in VASCO PEREIRA DA SILVA (Org.), *Temas e Problemas de Processo Administrativo – Intervenções do Curso de Pós-graduação sobre o Contencioso Administrativo*, publicação digital do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, www.icjp.pt, 2010; 2.ª ed. 2011 (p. 171 e ss)
- "O Princípio da Boa Fé" in *Revista Da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano VII – 2010 (número especial), pp. 475-487
- "A subordinação da Administração Pública ao direito e a dogmática do Direito Administrativo no âmbito do Estado de Direito democrático" in AUGUSTO DE ATHAYDE, JOÃO CAUPERS e MARIA DA GLÓRIA GARCIA (Org.), *Em Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 191-238
- Colaboração na 2.ª ed. do II volume do *Curso de Direito Administrativo* da autoria de DIOGO FREITAS DO AMARAL, Almedina, Coimbra, 2011;
- Colaboração nos *Cadernos de Justiça Administrativa* (CJA), desde 1997:
 - N.º 2 (1997), p. 45 e ss., anotação: "O direito de ser ouvido no âmbito de procedimentos especiais" (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 30/10/1996, P. 38 064)
 - N.º 3 (1997), p. 37 e ss., anotação: "A audiência dos interessados nos procedimentos de concurso público" (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/12/1996, P. 33 602)
 - N.º 12 (1998), p. 3 e ss., anotação: "O conceito de instrução procedimental e a relevância invalidante da preterição da audiência dos interessados" (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 17/12/1997, P. 36 001)

- N.º 29 (2001), p. 35 e ss., anotação: "Os limites do princípio da adequação formal e o direito à regulação provisória das relações jurídicas controvertidas" (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 26/7/2000, P. 46 382)
- N.º 66 (2008), p. 17 e ss., anotação: "Um procedimento indevido é igual a um procedimento inexistente?" (Ac. do STA - 1.ª Secção, de 11/11/2003, P. 1084/03)
- N.º 69 (2008), p. 1 e ss.: "A responsabilidade da Administração por facto ilícito e as novas regras de repartição do ónus da prova"
- N.º 75 (2009), p. 11 e ss.: "Notificação deficiente do acto administrativo: a articulação entre meios administrativos e contenciosos"
- N.º 85 (2011), p. 41 e ss., anotação: "A ratificação-sanação: sanação apenas ou também substituição do acto ratificado?" (Ac. do STA - 1.ª Secção, de 26.5.2010, P. 238/09)
- N.º 91 (2012), p. 26 e ss., anotação: "As limitações *ratione temporis* de atos secundários praticados na pendência de processos de impugnação" (Ac. do STA - 1.ª Secção, de 21.6.2011, P. 208/10)

INTERVENÇÕES

- 1994, Curso de Formação relativo à Tutela Jurídica do Ambiente ao Nível Autárquico promovido pela AMBIFORUM, Lisboa: "O Procedimento Administrativo e a Tutela de Interesses Ambientais"
- 1994, Conferência sobre «A Problemática Constitucional das Regiões Autónomas», Lisboa e Ponta Delgada: "A obrigatoriedade de executar a legislação nacional: uma obrigação sem sanção?"
- 1995, 2º Congresso da Associação dos Técnicos de Engenharia Hospitalar Portugueses, Coimbra: "A Responsabilidade Civil dos Técnicos de Engenharia Hospitalar"
- 1996, Conferência «Os 20 Anos da Constituição da República Portuguesa», Lisboa: "O Acesso dos Cidadãos ao Tribunal Constitucional"
- 1998, Jornadas sobre a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Lisboa: "As garantias dos particulares e o direito à informação"
- 2000, Seminário IFE, Lisboa: "O Novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação"
- 2001, VII Conferência "Consumo e Cidadania", Câmara Municipal de Sintra e Associação de Técnicos Profissionais de Informação e Consumo, Sintra: "O Poder Local e os Direitos do Consumidor"

- 2010, III Encontro de Professores de Direito Público, realizado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, e subordinado ao tema “Novos e Velhos Princípios de Direito Público”, Porto: “O Princípio da Boa Fé no Direito Público”
- 2011, Colloque International «La contractualisation dans le droit de l’urbanisme», Coimbra: présidence d’une scéance de travail (communications de S Amorosino et de J. Casalta Nabais)

OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

- Cadeiras leccionadas como Assistente: cadeiras do Grupo das Ciências Jurídico-Políticas - Dto. Constitucional, Dto. Administrativo, Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Dto. do Urbanismo e Dto. do Ambiente - e na cadeira de História do Direito Português, desde o ano lectivo 1989-1990 até ao ano lectivo 2003-2004
- Cadeiras leccionadas como Professor:
 - (i) Regência em regime de ensino integrado das seguintes cadeiras na Licenciatura em Direito da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa:
 - História das Ideias Políticas (anos lectivos 2007-2008 e 2011-2012);
 - Organização Administrativa (anos lectivos 2008-2009, 2009-2010, 2010-2011 e 2011-2012);
 - Direito Administrativo (anos lectivos 2008-2009, 2009-2010, 2010-2011 e 2011-2012);
 - Contencioso Administrativo (ano lectivo 2010-2011)
 - (ii) Co-regência com o Prof. Doutor João Confraria da cadeira de "Regulação e Concorrência" no Mestrado de Direito e Gestão das Faculdades de Direito e de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa nos anos lectivos 2007-2008 a 2011-2012
 - (iii) Regência da cadeira intitulada "Formas de actuação da Administração Pública" no Mestrado de Direito Administrativo e Contratação Pública da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa no ano lectivo 2007-2008
- Leccionação em pós-graduações e apresentação de comunicações em colóquios e seminários relacionados com o exercício da actividade docente:
 - Seminário de Introdução ao Direito do Ambiente (coord. Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva), Lisboa, 1998

- Seminário sobre Deveres Disciplinares e Procedimento Disciplinar (coord. Prof. Doutora Maria da Glória Pinto Garcia), Lisboa, 1998
- Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Públicas: «Contencioso Administrativo e Fiscal: para quando a Concretização da Constituição?» (coord. Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva), Lisboa, 1999
- Seminário de Responsabilidade Civil do Estado (coord. Prof. Doutor Rui Medeiros), Lisboa, 1999
- Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Públicas: «A Fiscalização da Constitucionalidade» (coord. Prof. Doutor Rui Medeiros), Lisboa, 2000
- Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Públicas: «Tempo de Reforma no Contencioso Administrativo» (coord. Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva), Lisboa, 2000
- Seminário de Responsabilidade Civil do Estado (coord. Prof. Doutor Rui Medeiros), Lisboa, 2000
- Formação Pós-Graduada de Inspectores de Educação, Lisboa, 2001
- Seminário sobre Procedimento Disciplinar e Contra-Ordenações (coord. Prof. Doutor Germano Marques da Silva), Lisboa, 2001
- "Administração Pública da Cultura" - Curso Intensivo de Direito Administrativo, Lisboa, 2002
- "Direitos e Deveres dos Funcionários" - Curso Intensivo de Direito Administrativo, Lisboa, 2002;
- "Contratos da Administração Pública" - Curso Intensivo de Direito Administrativo, Lisboa, 2002
- Seminário "O Novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação", Porto, 2001 e 2002 (coord. Prof. Doutor Mário Aroso e Almeida)
- Seminários de Contencioso Administrativo, Lisboa, em 2006 e 2008 (coord. Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva e do Mestre Mário de Melo Rocha) sobre os temas das acções administrativas especiais relativas à impugnação de normas e à declaração de ilegalidade da sua omissão
- Programa Avançado em Direito e Economia da Regulação Sectorial, 1.ª ed. (2006) e 2.ª ed. (2008): "Regimes jurídicos de exploração dos sistemas multimunicipais e municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos"

- "O ónus da prova e a nova lei" - sessão de 12.5.2008 integrada no Curso sobre "O Novo Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas" promovido em 2008 pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (coord. Profs. Doutor Fausto de Quadros, Doutor Reis Novais e Doutora Maria José Rangel de Mesquita)
- "Poderes sancionadores das autoridades administrativas" – sessão de 28.9.2009 integrada no 1.º Curso do Instituto Nacional de Administração sobre Poderes Sancionadores das Autoridades Administrativas (coord. Mestre Miguel Pedrosa Machado)
- "A execução das sentenças dos tribunais administrativos" – sessão de 18.11.2009 integrado no Curso Pós-graduado em Contencioso Administrativo organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (coord. Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva)
- "A execução das sentenças dos tribunais administrativos" – sessão de 15.11.2010 e de integrado no Curso Pós-graduado em Contencioso Administrativo organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (coord. Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva)
- "Execução do acto administrativo" – sessão de 4.4.2011 integrada no I Curso de Pós-graduação de Actualização em Procedimento administrativo organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (coord. Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva e Prof. David Duarte)
- "A execução das sentenças dos tribunais administrativos" – sessão de 28.11.2011 integrada no Curso Pós-graduado em Contencioso Administrativo organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (coord. Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva)